



**ESTADO DE MATO GROSSO  
MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE  
CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

**Ata 06/2019**

Aos quatro dias do mês de junho de dois mil e dezenove, às sete horas e trinta minutos, na sede do Conselho Municipal de Educação de Lucas do Rio Verde – CME/LRV, reuniram-se os membros do colegiado, para realização de mais uma reunião ordinária do pleno. A presidente, senhora Michelene Rufino Amalio Araújo de Britto, iniciou agradecendo a presença de todos, justificou a ausência dos conselheiros Fernando Cezar Orlandi, Neide Faixo dos Santos, Sylvania Geller, Izana Néia Zanardo, Rannier Felipe Camilo, Jakelyne Fernanda Martins Coêne, Fabrícia Trindade Campos, Joice Martinelli Munhak e Isac Justino Ribeiro. Na sequência, solicitou ao conselheiro Paulo Cesar Angeli que realizasse a leitura da Ata nº 05/2019, a qual foi aprovada por unanimidade. Dando continuação a presidente do colegiado passou a apresentação dos informes, destacando os ofícios recebidos e encaminhados, as participações nas formações do Programa “A União Faz a Vida”; nas reuniões avaliativas nas Creches Menino Jesus e Irmãs Carmelitas com a palestra “Revisão do PPP”; nas reuniões ordinárias do CAE e FUNDEB; no ato que oficializa a instituição do Prêmio Estadual Paulo Eduardo dos Santos – Experiências Exitosas dos Conselhos Municipais de Educação do Estado de Mato Grosso, no CME/Várzea Grande/MT; no evento em comemoração aos 10 anos do CEI Pequeno Príncipe na pessoa do vice-presidente, professor Isac Justino Ribeiro; no evento de abertura do projeto Eu Empreendo: Plataforma Digital Gamificada para desenvolvimento de inovação e empreendedorismo nas escolas, na pessoa do conselheiro José Wanderlei Gonçalves Viana. Informou também que foi realizada as reuniões da Câmara de Educação Infantil, Câmara do Ensino Fundamental, das comissões especiais que estão revisando as Resoluções normativas 01/2017 e 03/2015 e que foi realizada as visitas às brinquedotecas. A presidente apresentou ainda a prestação de contas do bazar de livros, destacando que desde o início deste ano vendemos onze exemplares, no valor de dez reais, sendo arrecadado um montante de cento e dez reais, sendo utilizado vinte e seis reais com pagamento de água; dezesseis reais com encadernação dos Documentos de Referência Curricular de Lucas do Rio Verde e setenta reais e oito centavos com chocolates para confecção do mimo em comemoração ao dia do trabalho, somando uma despesa no valor de cento e doze reais e oito centavos. Em relação a prestação de contas, Michelene falou que a equipe técnica do CME percebe que muitas pessoas entram no escritório para verificar os livros, olham, foleiam, falam que o preço é irrisório, se viram e voltam para o celular, e que observando que as pessoas estão perdendo o hábito da leitura, e que cumprindo o papel mobilizador desse colegiado a equipe técnica traz a proposta de desenvolver um projeto titulado Ciranda pela Leitura, o qual teria como objetivo realizar a troca de livros e estimular o interesse dos alunos pela leitura de livros, o projeto seria realizado com a participação das instituições, que trariam as crianças para realizarem a troca de seus exemplares às sextas-feiras aqui no CME, não haveria venda de livros, apenas trocas e doações, e contaria ainda com a participação de escritores locais. O conselheiro Moacir relatou ainda que a ação poderia ser estendida para além do CME e das instituições de ensino, e poderia ser levada aos pontos de ônibus, com livros a disposição das pessoas, para leitura local ou até mesmo para levar para casa. A ideia foi amplamente debatida plenária, sendo foi aprovada por unanimidade e ficando os conselheiros Moacir e Eliana designados para ajudar a equipe técnica na escrita do projeto. No encadeamento apresentou para apreciação da plenária: 1) Decreto nº 4.313, de 25 de abril de 2019, que nomeia novos membros para composição do Conselho Municipal de Ciência, Inovação e Tecnologia Educacional – COMCITE/LRV; 2) Estatuto da UNCME Estadual e o Edital nº 002/2019/ UNCME-MT de Eleição para diretoria e conselho fiscal da União Nacional dos Conselhos Municipais de Educação – UNCME/MT, onde estabelecem critérios para eleição de representantes, e solicita que este colegiado discuta com a plenária e envie sugestões sobre o estatuto, de modo que as mesma podem ser de ordem aditiva, supressiva ou substitutiva, sendo evidenciado



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE**  
**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

pela plenária sobre o tempo de mandato e os períodos de recondução, o assunto foi amplamente discutido pela e a sugestão é de que o mandato seja de três anos sendo permitida uma única recondução.3) Ofício nº 373/2019/SME com recomendações do TCE, Acórdão nº 634/2016 – TP, que solicita do colegiado que normatize o processo de elaboração, execução e avaliação do Plano de Desenvolvimento da Escola e o processo de elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político Pedagógico na unidade escolares, em obediência às Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais da Educação Básica. Mediante o exposto o conselheiro Flávio Luiz Gardim de Almeida solicitou a palavra e questionou sobre a data deste documento, e o porquê só agora que o CME foi informado deste. A Presidente destacou que o apontamento chegou num período de transição de gestão e talvez por este motivo, o documento não chegou até o colegiado, no entanto, como o colegiado está em fase de conclusão da revisão das resoluções normativas 01/2017 e 03/2015, é possível atender a recomendação dentro do prazo estabelecido pelo TCE, e para que isso seja feito a presidente sugeriu à plenária a retirada do item da pauta que prevê a apresentação da Revisão da Resolução Normativa 01/2017, para que seja inserido um capítulo com as recomendações solicitadas pelo TCE. A plenária aprovou por unanimidade a retirada deste item da pauta do dia e deliberou pela retomada dos estudos pelas comissões especiais e Câmaras para concluir a revisão. O conselheiro Wellington ressaltou que a recomendação veio em tempo pois estamos fazendo a revisão destes documentos e podemos fazer o acréscimo do que está faltando nas normativas deste colegiado. Dando continuidade, a presidente passou a palavra para os conselheiros que realizaram as visitas de inspeção nas brinquedotecas para que fizessem a apresentação das visitas. O conselheiro José Wanderlei destacou que em visita na ABC Brinquedoteca, que foi acompanhado pelo conselheiro Wellington e da secretária executiva Magali, observaram que a instituição possui espaço amplo e organizado, profissionais com formação em Pedagogia, brinquedos e banheiros com sanitários apropriados para a faixa etária que irá atender, até uma barra de ferro que irá auxiliar as crianças a levantar, a documentação estava organizada antes de começar a atender as crianças e inclusive foi o proprietário que solicitou a visita, somente foram feitas algumas sugestões para melhorias. Na visita a brinquedoteca Arte de Brincar, realizada juntamente com o conselheiro Wellington e a secretária executiva Magali, destacou que o espaço também é amplo e apropriado para a faixa etária atendida, os brinquedos estão adequados à faixa etária, a documentação tanto da brinquedoteca, quanto dos funcionários e alunos também estava correta e a brinquedoteca fecha ao meio dia, apenas foram feitas algumas sugestões para melhorar o atendimento com as crianças. Com relação a visita na brinquedoteca Play Kids realizada juntamente com os conselheiros Wellington e Geane e a secretária executiva Magali, foi constatado crianças matriculadas em tempo integral, tomadas sem proteção, almoxarifado onde são guardados os produtos de limpeza ao alcance das crianças, com a porta só encostada, as pedagogas responsáveis não estavam no local, somente as cuidadoras, porém nenhuma com o curso de brinquedista, foi solicitado que a responsável fizesse as adequações necessárias e sendo informada a proprietária que será realizada outra visita em trinta dias para verificação das alterações solicitadas pela comissão especial. Com relação a Brinquedoteca Joia Preciosa, José Wanderlei relatou que foi acompanhado do conselheiro Wellington e da secretária Executiva Magali e já na chegada a instituição, foi encontrado uma criança sozinha no pula-pula, enquanto a pessoa responsável por cuidar das crianças estava no interior da instituição com outras as demais crianças, os banheiros não estavam adequados a faixa etária atendida e observou-se produtos de higiene e limpeza ao alcance das crianças. A instituição também atende crianças em período integral, e documentação das crianças e da equipe de profissionais não estavam no local, a pessoa que estava cuidando das crianças não possui formação acadêmica em pedagogia ou curso de brinquedista, a instituição possui alvará de funcionamento, CNPJ e laudos técnicos do corpo de bombeiros e vigilância sanitária. O conselheiro Wellington complementou a apresentação relatando que estava



**ESTADO DE MATO GROSSO**  
**MUNICÍPIO LUCAS DO RIO VERDE**  
**CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

---

impressionado com as condições da instituição, considerando que a proprietária da instituição é conhecedora das leis, e ainda assim não apresenta todos os critérios para o funcionamento da instituição, enquanto que uma pessoa recém-formada em pedagogia correu atrás para fazer a documentação toda antes de começar a atender a clientela. Relatou também, que a proprietária da instituição disse que o contador falou que não precisava de Pedagogo para se ter uma brinquedoteca, pois não se tratava de uma escola, porém, a presidente do CME falou que realmente não precisa uma Pedagoga, desde que as crianças que frequentam o espaço não fiquem lá o dia todo e nem todos os dias da semana. Foi dado o prazo de trinta dias para regularização das pendências e o retorno da equipe para a visita. Dando continuidade o conselheiro José Wanderlei falou que em visita a brinquedoteca Casa Amarela na companhia da presidente do CME, ficaram surpresos com a organização da documentação das crianças com cópia da matrícula da instituição de ensino, documentação dos profissionais, tendo uma pedagoga em cada turno para acompanhar as crianças, espaços com livros a disposição das crianças, uma sala para desenvolvendo de artes plásticas, vários brinquedos, espaço amplo, limpo e arejado. Dando continuidade a conselheira Vilma fez a apresentação da visita realizada no Espaço Montessoriano, juntamente com as conselheiras Jakelyne e Neide, acompanhados da secretária executiva Magali, a conselheira destacou que lá a maioria das crianças estão matriculadas no período integral, a instituição fornece almoço para as crianças no local, a responsável pelo estabelecimento senhora Elisa disse que não possui documentação das colaboradoras e nem das proprietárias no local, somente das crianças uma ficha de matrícula, sem cópias da documentação da criança ou comprovante de matrículas escolar. O conselheiro Wellington solicitou a palavra e destacou a importância de saber o que observar e abordar no ato das visitas, e que o papel do conselheiro é notificar as irregularidades e solicitar as adequações, destacou ainda que cabe ao conselheiro que realizar a visita de inspeção, se apropriar do que vai fazer, e em caso de dúvidas não falar, só ouvir e depois ir em busca de entendimento e conhecimentos a respeito das leis que regem cada local, para não causar discórdia na hora das visitas, pois é preciso desempenhar o papel fiscalizador do colegiado, e não se colocar no lugar dos pais. Michelene ponderou ainda a importância da visita e que cabe ao conselheiro fazer valer o que determina a legislação, com imparcialidade, de modo a garantir os direitos das crianças, no entanto, não há uma legislação específica para as brinquedotecas, e que isso é muito preocupante, considerando que as brinquedotecas são espaço de recreação e lazer e que o que temos observado nas visitas é que elas estão atuando como creche ampliada e disfarçada, sendo necessário ao colegiado encontrar uma solução para essa situação, assim, a presidente propôs que a temática fosse levada para debate na Câmara de Educação Infantil, sendo convidado para participar desse momento o promotor de justiça, um representante do poder legislativo, o presidente da associação de contabilistas, o secretário de finanças e Conselho Tutelar para definirmos juntos essa questão. A sugestão foi aprovada por unanimidade, ficando a carga da presidente do colegiado viabilizar a agenda para a realização da mesma. Nada mais havendo, encerro a presente ata que segue assinada por mim, Secretária Executiva e a presidente deste colegiado. Estiveram presentes Flávio Luiz Gardim de Almeida, Eliana Aparecida Gonçalves Simili, Joyce Seawright Rowe, Vilma Alves dos Santos, Alessandro Batista Mendes, José Wanderlei Gonçalves Viana, Wellington dos Santos Coelho, Paulo Cesar Angeli, Geane Ribeiro Costa, Mariza Remor, Angélica Pommer Schwinn, Ellen Loize Moraes Nascimento, Lucinete da Silva Pereira Dallabrida, Cléia Cândida Rodrigues Belmont, Moacir Juliani, Andréia Pedrassani Ottoni Gugel, Michelene Rufino Amalio Araújo de Britto e Magali Pippet Vianna.